VIDERE
V. 14, N. 30, MAI-AGO. 2022
ISSN: 2177-7837

Recebido: 02/05/2022.
Aprovado: 07/06/2022.

Páginas: 131-157.

DOI: 10.30612/videre.v14i30.15591

# CORPO-TERRA, TERRA-CORPO E FEMINISMO COMUNITÁRIO: REFLEXÕES ETNOGRÁFICAS EM TORNO DO COTIDIANO DA COMUNIDADE CIGANA CALON NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PARAÍBA

## BODY-EARTH, EARTH-BODY AND COMMUNITY FEMINISM: ETHNOGRAPHIC REFLECTIONS AROUND THE DAILY LIFE OF THE CALON GYPSY COMMUNITY IN THE MUNICIPALITY OF SOUSA/PARAÍBA

## FEMINISMO CUERPO-TIERRA, TIERRA-CUERPO Y COMUNIDAD: REFLEXIONES ETNOGRÁFICAS ALREDEDOR DE LA VIDA DIARIA DE LA COMUNIDAD GITANA DE CALON EN EL MUNICIPIO DE SOUSA / PARAÍBA

Luan Gomes dos Santos de Oliveira*

*
Doutor em Educação Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
luangomessantos@terra.com.br
OrcidID: 0000-0001-6642-0006

**RESUMO**
Este ensaio etnográfico objetiva problematizar do ponto de vista sociológico em que medida se evidencia o protagonismo feminino na Comunidade Cigana Calon em Sousa, no Alto Sertão da Paraíba. Como principais categorias analíticas sociológicas estiveram: terra-corpo, espaço-corpo-tempo, humano marginal, sistema moderno colonial de gênero no âmbito do capitalismo contemporâneo. Como parte desse categorial analítico, percebeu-se que os ativismos das mulheres ciganas podem representar uma espécie de feminismo comunitário, expressão política, ética, capaz de repensar a socialidade cigana no interior da luta antirracista e anticapitalista.
**Palavras-chave**: Comunidade Cigana Calon. Feminismo Comunitário. Terra – Corpo. Corpo-Terra.

CC BY NC SA

**ABSTRACT**
This ethnographic essay aims to problematize, from a sociological point of view, the extent to which female protagonism is evident in the Cigana Calon Community in Sousa, in Alto Sertão da Paraíba. The main sociological analytical categories were earth-body, space-body-time, marginal human, modern colonial gender system in the context of contemporary capitalism. As part of this analytical category, it was realized that the activisms of gypsy women can represent a kind of community feminism, political expression, ethics, capable of rethinking gypsy sociality within the anti-racist and anti-capitalist struggle.
**Keywords:** Calon Roma Community. Community Feminism. Earth – Body. Body-Earth.

**RESUMEN**
Este ensayo etnográfico pretende problematizar, desde un punto de vista sociológico, hasta qué punto el protagonismo femenino es evidente en la Comunidad Cigana Calon en Sousa, en el Alto Sertão da Paraíba. Las principales categorías analíticas sociológicas fueron: tierra-cuerpo, espacio-cuerpo-tiempo, humano marginal, sistema de género colonial moderno en el contexto del capitalismo contemporáneo. Como parte de esta categoría analítica, se percató que los activismos de las mujeres gitanas pueden representar una especie de feminismo comunitario, expresión política, ética, capaz de repensar la socialidad gitana dentro de la lucha antirracista y anticapitalista.
**Palabras clave**: Comunidad Roma de Calon. Feminismo comunitario. Tierra - Cuerpo. Cuerpo-Tierra.

## 1 INTRODUÇÃO: FALANDO SOBRE OS POVOS CIGANOS PELA PERSPECTIVA DAS CIGANAS CALINS

> É a dicotomia ocidental entre sujeito e objeto que frequentemente informa o desejo antropológico de fazer das mulheres sujeitos adequados para a análise, tratá-las em nossos relatos como atoras por seu próprio direito. Temos pavor de retratá-las como meros "objetos de análise", porque isso diminui nossa própria humanidade. É desconfortável quando nos deparamos com contextos etnográficos em que os homens ou as mulheres – geralmente as mulheres – parecem ser tratadas como objetos.
>
> Marilyn, Strathern, 2017, p. 124-125

O artigo parte do objetivo que toma como centralidade a temática do humano marginal, aqui compreendidas como as mulheres ciganas, aspecto fundante para se repensar o lugar da Sociologia Brasileira no contexto das sociologias latino-americanas frente ao eurocentrismo nas produções teóricas. A partir da Comunidade Cigana Calon, do Município de Sousa, no Alto Sertão da Paraíba, observa-se sociologicamente a categoria do humano marginal como um campo epistemológico, que historicamente, tensiona a modernidade capitalista.

Essa categoria se complexifica quando a situamos no sistema moderno/colonial de gênero, o que para Lugones (2020, p. 78) "esse sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial (ais) da Europa. Ele começa a tomar forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e de Portugal e se consolida na modernidade tardia" e segue reafirmando que esse sistema colonial inferiorizou as mulheres colonizadas. Observamos isso, quando historicamente as mulheres ciganas foram inseridas na dinâmica da vida privada doméstica, preparadas para o casamento endogâmico (CAMPOS, 2020). E os homens ciganos se voltam a esfera pública da sociedade, desenvolvendo-se no comércio local.

Esse contexto não fala especificamente da etnia cigana Calon, mas cabe pautar e sublinhar a ausência dessa presença no processo colonial, uma vez que ciganos e ciganas desde 1514 chegaram as terras brasileiras por meio da Coroa Portuguesa. Algo que pode ser trazido nesse debate histórico é o fenômeno do nomadismo, termo ambíguo que representa um traço culturalmente imposto por um Estado colonial que perseguiu e reproduziu ideologicamente o anticiganismo. Posso afirmar que o nomadismo é uma expressão armadilha gerada pelo sistema moderno colonial.

Cabe ressaltar que a posição etnográfica que ocupo na pesquisa parte de meu reconhecimento enquanto homem negro, do campo, moldado nos costumes da cultura camponesa, além de epistemologicamente situar-me próximo as epistemos marginais, enraizadas nas vozes dos povos silenciados historicamente.

Posto isso, essa etnografia tece a priori um imperativo ético-político, o qual aponta para a pesquisa com os povos ciganos e não sobre os povos ciganos, como tratam as pesquisas colonizadoras. Deste modo, nos termos de Spivak (2010) podemos nos questionar: "Pode a subalterna Calin falar?" pode falar em seu próprio nome? Isso se polemiza pelo fato do protagonismo feminino na comunidade cigana calon em Sousa/PB se configurar como um protagonismo mediado pela submissão aos chefes masculinos. Mesmo a passos lentos a atuação política de mulheres no interior da comunidade vem provocando novas configurações nas relações sociais internas. Resta entender melhor como se configura uma liderança feminina.

Essa virada política e epistemológica, denominada de giro decolonial impulsionou a produção de conhecimento de diversos autores: Martins, Fernandes, Svampa, Quijano, Mignolo, Escobar, Dussel, Lander, Grosfoguel, Coronil, Casanova, Lugones, Paredes, Spivak, dentre outros e outras. O desafio que se coloca para pensar nesse ensaio se trata de problematizar o protagonismo feminino cigano no interior da comunidade cigana Calon como um horizonte capaz de moldar e ressignificar as relações de gênero numa perspectiva interseccional.

Ressalvadas as distinções entre as perspectivas da sociologia enraizada na formação social do Brasil e na América Latina, embora sejam distintas, assumem e compartilham o espaço da crítica a colonialidade do saber, do ser, do poder e da opressão sobre os que vivem à margem, silenciados historicamente. Essa sociologia enraizada em Florestan Fernandes, uma referência pioneira nesse contexto, que contemporaneamente, chamam de decolonialidade, ou teoria crítica da colonialidade. Para ele,

> O nosso momento histórico caracteriza-se pela imensa revolução que se está operando nas relações da ciência com a sociedade. Tal revolução afeta diretamente não só a sociologia, que está se convertendo, com outras ciências sociais, em matéria fundamental, mas também os papéis intelectuais do sociólogo. O que eu queria propor a todos é que fizéssemos um esforço de imaginação para tomarmos uma posição mais audaciosa, que nos permitisse debater os problemas que estão no fulcro da situação atual. Em suma, temos

> de rever fundamentalmente a nossa posição nesse assunto, se quisermos que a sociologia exerça influências marcantes nos processos de reconstrução social. O que está em jogo não é o conhecimento sociológico que acumulamos, mas a própria natureza que ele deve possuir (FERNANDES, 1970, p. 293).

Além disso, conforme Soto (2019) no desdobramento do seu argumento central, a categoria humano marginal, como um aspecto fundante da sociologia brasileira, deixa transparecer de maneira hipotética, um certo incômodo. Esse, foi traduzido no abandono daquela categoria, enquanto elemento característico de sociedades que vivem à margem de um capitalismo periférico, dependente (poder colonial da Europa). Nesse sentido, a leitura deste texto nos conduz a esta inquietação do autor: o abandono da categoria humano marginal nos estudos da sociologia brasileira, esquecendo autores que compõem um campo que veio se construindo e sendo chamado nos últimos anos de epistemologia do Sul.

Embora apresente como uma construção teórica-epistemológica, as matrizes de pensamento em torno do conceito motriz "humano marginal", propulsiona a elaboração de um método de análise que parte de um campo de estudos que tem suas raízes no diálogo entre a teoria sociológica de âmbito relacional e brasileira com as narrativas cosmológicas da Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB. Tendo dito isso, cabe desdobrar essa categoria analítica como basilar para a construção de um diálogo entre categorias nativas e categorias de ordem analítica.

## 2 UMA SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA DA COMUNIDADE CIGANA CALON: SITUANDO O CATEGORIAL ANALÍTICO CORPO-ESPAÇO-TEMPO

A constituição de uma sociologia da vida cotidiana da Comunidade Cigana calon repercute no questionamento de quem são, o que são, como se formaram, como no tempo e espaço suas vidas foram sendo alteradas e como mantem as suas tradições de serem nômades e sedentários, e como isso se conjuga na construção de uma identidade, ou de uma etnicidade construída no território físico e simbólico (MOONEN, 1996).

Nessa pesquisa, o conceito de etnicidade é pautado no pensamento do antropólogo Frederik Barth (2000), que faz uma crítica a redução de etnicidade a perspectiva meramente cultural, de identificação de traços físicos, ou tradicionais. A construção da identidade étnica dos ciganos/as configura-se como um processo coletivo, por isso eles passam a mediar a sua existência no território nacional e local, chamando a atenção dos órgãos públicos na demanda por direitos e políticas públicas e sociais. Além disso, essa etnicidade vem acompanhada da raça em "viscosidade" ou "fisicalidade dinâmica" como "um processo heterogêneo de diferenciação envolvendo a materialidade de corpos e espaços" (SALDANHA, 2007, p. 9).

Com isso, com a Constituição Federal de 1988, o Estado atua como protetor e promotor de ações, políticas e garantias de direitos aos povos tradicionais. Sendo o povo cigano, um povo tradicional por meio do Decreto 6040/2007, pois são: "Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Mesmo com esse decreto pode se perceber que o reconhecimento étnico dos ciganos enquanto povo tradicional ainda é frágil, tornando-os sujeitos da margem, em que se destaca uma outra interrogação, a comunidade Calon se reconhece enquanto Povo Tradicional?

Essa tensão marca a relação entre povos ciganos Calon e os não-ciganos, quando se estabelece na socialidade cigana um mundo que não tem a mesma temporalidade do mundo ocidental moderno, na mesma medida em que são afetados por esses dois mundos. A modernidade enquanto processo social está na base desse desencontro entre os mundos, especialmente os ciganos latino-americanos são constituídos também por temporalidades que não só suas. "E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens" (MARTINS, 2018, p. 20).

As categorias analíticas com as quais pretendo trabalhar são: humano marginal, estrangeiro, terra, sociologia do cotidiano, ecofeminismo (feminismo comunitário), etnicidade, gênero e ecologia política, espaço e temporalidade, duração, fotografia como memória.

Essas categorias sócio-históricas estão apoiadas em experiências e vivências afetivas e políticas prévias vivenciadas junto à comunidade cigana Calon desde o ano de 2019 no projeto Lutas socioterritoriais e políticas públicas no território cigano calon sousense. A partir destas incursões analíticas, foi possível notar que um dos obstáculos principais que perpassa as lutas socioterritoriais do povo cigano Calon é o anticiganismo, uma das expressões do racismo ambiental que atravessa o modo como a sociedade ainda percebe as ciganas.

A partir desse categorial analítico, percebido e tecido como um mosaico epistemológico pode-se iniciar sua costura tendo por base a Sociologia da Vida Cotidiana (MARTINS, 2020), essa concepção metodológica reforça a necessidade da etnografia como um método que gera possibilidades de entender a durabilidade, a temporalidade e os ritmos da vida social. Essa compreensão etnográfica (ROCHA, ECKERT, 2013) pode mobilizar uma leitura do cotidiano, como o espaço das narrativas, das imagens, do imaginário. Além de realçar durabilidades, temporalidades, instantes (BACHE-

LARD, 1994; 2007) que desenharam imagens dos/das ciganos/as, como redesenharam em seu imaginário outras imagens que se imprimiram nas fotografias do tempo.

É a partir do imaginário enquanto movimento, que se pode visualizar o povo cigano Calon, como um povo marginal (FERNANDES, 2007) pois foi posto à margem de sua própria existência material e simbólica. Questiono nesse âmbito, se o fato de os povos ciganos viverem a margem do reconhecimento enquanto povo tradicional, e por gerar uma crise psíquica e política, quanto as suas identidades narrativas. Isto é, os ciganos e as ciganas estão ocupando um espaço na cidade, mas há imagens que reproduzem narrativas sobre a ciganicidade. Desse modo os ciganos permanecem nômades, mesmo possuindo regimes de mobilidades e fixações distintas,

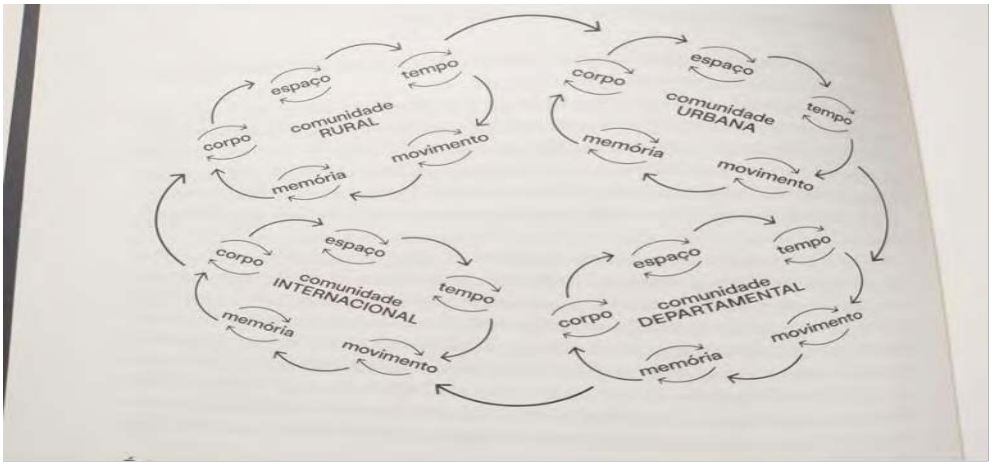
> Aparece, meramente, como uma de uma série de formas nas quais as mudanças históricas podem ocorrer. No entanto, considerado abstratamente como um tipo de ação coletiva, a de ciganos e outros povos párias, - porque não produzem mudanças importantes na vida cultural, devem ser considerados antes que um fato geográfico, como um fenômeno social. A vida nômade é estabilizada com base no movimento, e mesmo que os ciganos agora viajem de automóvel, eles ainda mantêm comparativamente inalterados a sua antiga organização e os seus costumes tribais. O resultado é que a sua relação com as comunidades, que podem ser encontradas a qualquer momento, deve ser descrita como simbiótica, em vez de social (PARK, 2017, p. 119).

Os ciganos experimentam espacialmente na cidade uma espécie de ambiguidade entre nomadismo e sedentarismo. Essa ambiguidade os situa na margem da ocupação da terra tradicionalmente ocupada (ALMEIDA, 2008). Cabe assim perguntar nesse texto, de entender a racialização do povo cigano como parte de um projeto colonial, que os silenciou por muito tempo, quanto ao exercício de sua voz, de seus sonhos, de suas narrativas, de suas histórias orais, que por vezes são jogadas ao esquecimento. "O sonho é aí componente, extensão e não crítica e contraponto, da realidade" (MARTINS, 2018, p.70).

Para demarcar um enfoque sociológico e ecofeminista, a pesquisa será guiada no eixo de gênero e meio ambiente pelo pensamento de Loreley Garcia (2017), Julieta Paredes Carvajal (2020) e pela Sociologia da Vida Cotidiana de José de Souza Martins (2017, 2018, 2020). É a partir dessas pesquisas que partimos a investigar o modo de existência da comunidade Calon, não somente numa perspectiva de compreender as suas tradições e narrativas míticas, mas politizá-las no contexto do território cigano, que resiste para se manter vivo, enquanto sujeito coletivo de direitos sustentado em um território.

Além disso, alia-se a essa base teórica a concepção sociológica e filosófica do ecofeminismo a partir da perspectiva da pensadora Vandana Shiva (1988, 1989, 1993, 2003) ampliada pela perspectiva do feminismo comunitário em Julieta Carvajal, que nos possibilita compreender essa problemática de pesquisa sob um horizonte de tota-

lidade, que inclui as dimensões da comunidade – espaço – tempo – corpo – território, o que pode ser observado na imagem esquemática abaixo, numa direção relacional.




Fonte: CARVAJAL, Julieta Paredes. 2020, p. 202.

Os elementos do corpo – espaço-tempo-memória (ancestralidade) configuram um sistema relacional que mobiliza conceitos da teoria sociológica que traz como um princípio a dimensão comunitária. Essa é moldada a partir das existências dos que formam a comunidade,

> [...] essas e outras complementaridades, reciprocidades e autonomias atuam dentro da comunidade, mas a comunidade não é um gueto nem uma reserva, é uma comunidade viva, que se move e se projeta construindo também complementaridades hierárquicas, reciprocidades e autonomias com outras comunidades; um exemplo disso são as complementaridades na produção e na proteção política do território (CARVAJAL, 2020, p. 201).

Por essa lógica da comunidade viva, pauta-se a necessidade epistemológica de construir uma tessitura teórica sociológica a respeito entre espaço – terra – corpo no contexto da Comunidade Cigana Calon. Isso é fundamental para compreender que o processo de elaboração da socialidade cigana integra e ultrapassa a dimensão do território. Isso num sentido que amplia a dinâmica de vida dos ciganos no espaço que os constitui, que os rodeia, e ao mesmo tempo, o espaço produzido pelas relações entre eles e o mundo não cigano, tratando de ir além do binômio nomadismo-sedentarismo, forjando uma lógica de fluxo, de rotas em que,

> [...] a condição de moradores de uma localidade não são indícios suficientes para dizer que eles estão fixados aquele lugar. Estar num local mesmo que há alguns anos não fixa o cigano aquele lugar, o que os faz permanecer é ao laço afetivo com o grupo que compartilha daquele espaço com ele, e este grupo geralmente são seus familiares (MONTEIRO, 2019, p. 197).

Sabendo disso, algo se impõe como provocação de ordem epistêmica, a relação que os ciganos mantêm com a terra, é uma relação ontológica, isto é, provavelmente a relação com a terra se expressa como uma luta pela existência. O que pode significar

que os ciganos historicamente usam a terra de uma maneira desapegada, onde a posse da terra, só faz sentido quando ameaçados em sua existência. Isso pode ser dito de uma forma mais ampla, quando "[...] para os ciganos, há uma ideia distinta de território, que não necessariamente liga-se ao espaço meramente físico limitado pelo espaço de moradia (MONTEIRO, 2019, p. 207). Ainda nessa interpretação se faz necessário acrescentar que a concepção de terra para os ciganos se dá de maneira expandida e simbólica, pois "é compartilhar o espaço físico com processos que estão contidos na sua cosmologia de vida" (*idem, ibidem*).

Essa relação se complexifica quando "os ciganos numa perspectiva de mobilidade em que os movimentos das pessoas dimensionam e (re) dimensionam a todo o tempo o espaço constitui um território em movimento" (*idem, ibidem*), "ora se espalhando, ora se reagrupando" (SANTANA, 1983, p. 49).

Nesse âmbito, o interesse de compreender como percebem, como vivem a dimensão do território, entendido na acepção de Hasbaert (2020) como espaço – tempo como espaço social, vivido. Essa dimensão espacial no campo da socialidade cigana mobilizará outros referenciais que perpassam pela compreensão relacional de espaço-corpo-terra. Numa leitura enraizada na teoria social crítica, onde,

> "antes de produzir efeitos no âmbito material (utensílios e objetos), antes de produzir-se (alimentando-se dessa materialidade) e de reproduzir-se (pela geração de um outro corpo), cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço (LEFEBVRE, 1986, p. 199).

Dessa maneira, ao se estabelecer o espaço como o corpo da terra dos ciganos e ciganas e como o corpo deles e delas, em sua condição material e simbólica, percebe-se que o corpo não apenas está no espaço, ele é o espaço, é o território traduzido numa perspectiva de espaço de vida. A partir disso, compreende-se que o território assume uma configuração socioespacial, que inclui o aspecto político, da defesa de uma outra concepção alargada de terra que vai direção,

> [...] da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários (HASBAERT, 2020, p. 76).

A concepção de território, em sua expressão material e simbólica pode ser entendida pela ótica da terra, como um espaço vivido, movido por relações sociais que vão além da conceitualização geográfica. Adota-se então conceitualmente a perspectiva lefebvriana de espaço-corpo, desdobrada por Hasbaert (2020) quando amplia numa análise latino-americana dos provos tradicionais, a concepção de território e corpo/gênero e território e T/terra, associadas as noções de corpo-território e território-corpo (da terra). Dessa proposição entende-se que essas noções atravessarão uma leitura

interseccional dos sujeitos ciganos, a partir da ideia de que "nas relações de gênero, trata-se do "corpo". Na raça, a referência é ao corpo" (HASBAERT, 2020, p. 126).

Assim, a terra se torna no contexto dos Povos ciganos um elemento indissociável do território enquanto corpo. Do ponto de vista epistemológico isso contribui para observar a possibilidade de se construir leituras da terra a partir da percepção e do vivido da comunidade Cigana Calon no cotidiano, "pois se trata de uma perspectiva relacional, ora privilegiando a direção que vai do corpo-território à terra, ora da terra – território ao corpo" *(idem, ibidem).* Essa relação terra-corpo vai além do paradigma cartesiano que cindiu no pensamento e no corpo, sob os auspícios da modernidade capitalista, sujeitos e a natureza, mente e corpo, homens e mulheres. Dito de outro modo:

> Situado em um mundo sem alma e em um corpo -máquina, o homem cartesiano podia, então, como Próspero, romper sua varinha mágica para se converter não apenas no responsável por seus atos, mas também, aparentemente, no centro de todos os poderes. Ao se dissociar de seu corpo, o eu racional se desvinculava certamente de sua realidade corpórea e da natureza. Sua solidão, sem dúvida, seria a de um rei: no modelo cartesiano de pessoa não há um dualismo igualitário entre a cabeça pensante e o corpo-máquina, há apenas uma relação de senhor/escravo, já que a tarefa principal da vontade é dominar o corpo e o mundo natural. No modelo cartesiano de pessoa se vê, então, a mesma centralização das funções de mando que neste mesmo período ocorria com o Estado: assim como a tarefa do Estado era governar o corpo social, a nova subjetividade, a mente se converteu em soberana (FEDERICI, 2017, p. 270).

Esses movimentos do Corpo -terra e da terra – corpo retratam os modos de existência da Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB, considerando o espaço e as temporalidades, que moldam as diversas compreensões possíveis da terra em que vivem. Atualmente, a comunidade se viu ameaçada de despejo da terra por empresários do ramo imobiliário, com seus corpos ciganas dançam no terreiro como uma espécie de protesto, observando que o espaço precário de acesso aos direitos básicos de moradia, de saneamento básico, de água distribuída equitativamente, se traduz numa oportunidade de protagonismo das mulheres da comunidade cigana.

## 2.1 Situando a categoria gênero como uma chave analítica do feminismo comunitário cigano

Ao observar este elemento do gênero, entendi que as relações de gênero na comunidade Calon em Sousa, estavam sendo reconfiguradas, e na base disso, uma questão que quero aprofundar melhor é entender como a categoria gênero articulada a outras categorias como raça-etnia podem colaborar com uma leitura crítica e epistemológica das relações terra-corpo-espaço?

Para desdobrar essa pergunta é importante repensarmos o gênero para além das dicotomias gênero-sexo, compreendendo gênero como uma categoria sociohistoricamente construída (SCOTT, 1990) na modernidade ocidental. Então, a partir da perspectiva dessencialista de Piscitelli (2002) há um tensionamento na compreensão epistemológica nos estudos de gênero no contexto da teoria feminista. Ou seja, um questionamento do ponto de vista político e epistemológico da identificação de gênero com a categoria mulher. Dessa forma,

> Observamos especialmente aqui os feminismos hegemônicos: com uma análise crítica que universaliza a categoria mulher e o conceito de opressão, com base nas experiências da mulher branca, ocidental, é de suma importância a ponderação desses debates para não cair num lugar de "salvacionismo", com a pretensa posição de uma *tutelam* ocidental (SAID, 1978) de mulheres que partem de outros lugares sociais e culturais. Questionam as socialidades ciganas, ou seja, os diversos modos de organização desses grupos, com base em uma epistemologia ocidental, ignorando outros marcadores sociais da diferença que atravessam de modo entrelaçado as experiências das ciganas além de gênero (raça, etnia, classe, etc.) sinaliza de forma explícita essas mulheres como as outras. O que deve ser proposto, de fato, é o reconhecimento da legitimidade da voz das próprias mulheres ciganas ao relatar suas experiências (JARDIM, 2020, p. 166).

Vale salientar, que longe de fragmentar as lutas por igualdade e liberdade frente as opressões, a abordagem da etnografia marginal não excluem a categoria mulher como estruturante da teoria feminista, mas entende-se que não é mais a única da multiplicidade de sujeitos e sujeitas, ampliando essa problemático no conjunto das opressões contemporâneas.

Além disso, é preciso estar consciente a nível de epistemologia feminista que "estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases" (MISCOLCI, 2009, p. 154). Com isso, descolonizar o saber e o poder no âmbito da comunidade cigana, tomando por base as relações de gênero, como um fenômeno de ordem sociológica, carece de combater essencialismos e fortalecer a visibilidade étnica frente a subalternidade imposta.

Na base desse processo histórico e epistemológico das teorias feministas, compreende-se que as relações de gênero-etnia-raça-classe no cotidiano da comunidade cigana Calon é permeada por uma relação de nomadismo e sedentarismo com a terra. Essa, também incluída nessa dinâmica interseccional que embasa as opressões no sistema mundo-moderno-colonial da civilização capitalista. As mulheres da comunidade, lutam enquanto ciganas denunciam a vida precária da Comunidade no acesso aos direitos e estão sujeitas ao racismo ambiental (FRASER, ARRUZA, BHATTACHARYA, 2019).

Isto é, a dominação masculina se reproduz ideologicamente por meio de uma representação simbólica de dominação da natureza, paradigma que constitui a ciên-

cia moderna. Assim, a interpretação de Miscolci (2009) pode ampliar a noção de sujeito, questionando conceitos clássicos de identidade, agência e identificação. Para isso, foi necessário nos estudos pós estruturalistas o,

> [...] rompimento com a concepção cartesiana (Iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstanciado e cindido. As identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais (MISCOLCI, 2009, p. 152, 175).

Nesse sentido, o processo de etnicidade dos povos ciganos, isto é, o processo histórico de racialização nos marcos da colonialidade do ser e do poder, os marcou profundamente em seus corpos, em sua cultura, enquanto um povo tradicional. O anticiganismo, racismo por ser cigano e cigana, destacando inferioridade quanto aos estereótipos da cultura cigana, os relegou a margem da vida da cidade, da construção das políticas públicas, privando-os de seu modo de ser e viver, como um povo tradicional.

Isso está relacionado a razão civilizatória, que promoveu um padrão de dominação, a colonialidade, enquanto projeto político de poder se baseia em lógicas de controle do ser, dos corpos, dos territórios, da economia, da cultura e do gênero. O povo cigano Calon com as suas múltiplas identidades, reforçadas por regimes de mobilidade, que por sua vez afetam diretamente a dinâmica de vida da comunidade Cigana.

As lideranças femininas representam uma mudança social, política, cultural que não gera conflito no interior da comunidade, mas abre a possibilidade para se pensar uma espécie de ecofeminismo, um feminismo popular do Sul (SVAMPA, 2019) que inclui mulheres, homens, jovens, crianças, idosos que procuram tensionar com o seu modo de ser e viver além da colonialidade.

Assim, as categorias sociohistóricas articuladas pelos marcadores de gênero-raça-etnia-classe-geração no contexto da vida cotidiana do povo cigano Calon, só pode ser compreendida por uma perspectiva de um giro ecoterritorial (SVAMPA, 2019) capaz de enfrentar as desigualdades sociais, ambientais e econômicas.

Uma vez que com a ameaça de expulsão de suas terras, o povo cigano se vê mutilado em seus corpos, verdadeiros territórios. A dinâmica desse giro ecoterritorial rompe com dicotomias e binarismos da velha relação gênero-sexo, homem-mulher, e parte para um universo mais amplo, que possa incluir sujeitos e sujeitas que conscientes da subalternidade histórica, travam no cotidiano lutas epistêmicas. Sendo assim,

> [...] surge uma narrativa comum que busca dar conta do modo como se pensam e representam as atuais lutas socioambientais, centradas na defesa da terra e do território. O giro ecoterritorial se refere à construção de marcos de ação coletiva que funcionaram, ao mesmo tempo, como uma estrutura

> de significação e esquemas de interpretação contestatários ou alternativos. Tais marcos coletivos tendem a desenvolver uma importante capacidade de mobilização, instalam novos temas, novas linguagens e ordens em termos de debate e sociedade, ao mesmo tempo que orientam a dinâmica interativa rumo à produção de uma subjetividade comum no espaço latino-americano das lutas (SVAMPA, 2019, p. 62-63).

Escutar no diálogo com o campo da pesquisa, na interlocução com os povos ciganos Calons: "Nada sem nós, com nós", me faz depreender que o processo de imaginação sociológica suscitou um olhar e uma atitude descolonizadora frente as práticas de pesquisas eurocentradas, frente a ordem de discursos e poderes (HALL, 1992) que por vezes tratam os sujeitos e sujeitas como objetos de pesquisa. Dessa forma, "o "Outro" deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma "exterioridade constitutiva" simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva" (HALL, 2013, p. 127).

A diversidade de sujeitos, sujeitas, discursos, histórias que perpassam a construção dos ciganos e ciganas na sociologia do cotidiano (MARTINS, 2020), os compreendem como humanos à margem, isso por vezes, os fragilizou, e os colocaram nas fronteiras de suas existências materiais e simbólicas.

Logo, a ideia de um sujeito universal cigano é tensionada pela perspectiva da sociologia marginal, que possibilita o reconhecimento da invisibilidade desse povo nômade e sedentário, além de que precisa ser lida enquanto um fenômeno sociológico, que inclui o diálogo interdisciplinar entre Antropologia – Sociologia. Com os ciganos e ciganas objetivo compreender melhor como construir uma etnografia de base marginal sobre e com a Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB.

## 3 A ENTRADA NO CAMPO DE PESQUISA: ESCUTANDO AS MULHERES DA COMUNIDADE CIGANA CALON DE SOUSA/PB

A cultura do campo, do sertão moldou meu olhar socioantropológico e a minha maneira de me colocar no mundo. O encontro com a Sociologia Martiniana e com a Cosmologia da Comunidade Cigana Calon reacenderam o desejo de pesquisar, de colaborar com a construção de uma sociologia que tenha como coadjuvante a antropologia de populações que vivem à margem do capitalismo financeiro na contemporaneidade. Assim, este compromisso político e epistemológico se situa:

> É nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nesses momentos e situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente

> mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2018, p. 12).

O primeiro contato com a Comunidade Cigana Calon no município de Sousa/PB, no sertão paraibano, se deu pelo fato de lecionar a uma estudante de origem cigana no campo das ciências humanas e sociais, no contexto de uma disciplina chamada Direitos Sociais no ano de 2019. A aproximação com a estudante cigana e com a temática direitos sociais permitiu compreender que a comunidade cigana Calon em Sousa sofre com o anticiganismo, exemplo disso é o fato da Comunidade ter sido ameaçada por grandes empresários de despejo de suas terras que ficam localizadas na fronteira com a cidade, como também não compõe as pesquisas nas ciências sociais aplicadas nas universidades do sertão da Paraíba.

Além disso, a participação em uma pesquisa de edital CNPq Universal em tempos de Covid-19 a partir do mês de agosto de 2020 possibilitou uma aproximação sistemática e consistente à comunidade sublinhando as relações de gênero e meio ambiente pelo prisma da ecologia política no contexto da vida cigana, uma vez que outras pesquisas antropológicas (GOLDFARB, 2003) e (CUNHA, 2018) apontaram a emergência de uma liderança feminina, porém não destacaram como esse fato implicou nas transformações do cotidiano e nem visibilizaram a compreensão dos e das ciganas e ciganos sobre o protagonismo feminino, numa etnia reconhecidamente marcada pela hierarquia entre os gêneros.

Para demarcar um enfoque sociológico e ecofeminista (feminismo comunitário), a pesquisa será guiada no eixo de gênero e meio ambiente pelo pensamento de Loreley Garcia (2017), Julieta Paredes (2020) e pela Sociologia da Vida Cotidiana de José de Souza Martins (2020). É a partir dessas pesquisas que partimos a investigar o modo de existência da comunidade Cigana Calon, não somente numa perspectiva de compreender as suas tradições e narrativas míticas, mas politizá-las no contexto do território cigano, que resiste para se manter vivo, enquanto sujeito coletivo de direitos sustentado em um território.

Além disso, alia-se a essa base teórica a concepção sociológica e filosófica do ecofeminismo a partir da perspectiva da pensadora Vandana Shiva (1988, 1989, 1993, 2003), que nos possibilita compreender essa problemática de pesquisa sob um horizonte de totalidade, incluindo aspectos de abordagens essencialistas numa perspectiva de cuidado, um saber ancestral comum as mulheres e a Terra Mãe, e complementando criticamente com aspectos de abordagens construtivistas, que questionam o pensamento único, a economia capitalista, o patriarcado que estão na base da lógica de domínio da natureza e da opressão das mulheres. Assim numa via de complemen-

taridade, a ecologia política latino-americana feminista a partir do pensamento de Maristella Svampa (2019) como um projeto de sociedade mundo, de sociedade em movimento que questiona o extrativismo dos recursos naturais associado ao patriarcado.

Do ponto de vista social, da relevância deste projeto, procura dar visibilidade a atuação da comunidade cigana como sujeito de direitos, circunscritos na Constituição Cidadã de 1988. Esse marco legal, do ponto de vista dos direitos sociais e políticos, inclui os ciganos e as ciganas como um "povo tradicional" com direito a um acesso igualitário à cidadania desde uma perspectiva diferenciada. Sublinha-se que na contemporaneidade no Brasil, uma rede de pesquisadoras e associações ciganas tem colaborado com a construção do Estatuto do Cigano, Projeto de Lei 248/2015 do Senado Federal, dispositivo que vem sendo objeto de análises de estudiosos e políticos que perceberam a necessidade de regularizar o acesso aos direitos pelos Povos Ciganos.

Por fim, mas não menos importante, este projeto de tese não centra na análise dicotômica que fragmenta natureza/cultura e nem mulher/homem, nem no sedentarismo/nomadismo, no entanto recupera num tom político de protesto as opressões históricas em curso contra as mulheres e a natureza. É relevante sublinhar que o patriarcado se reproduz pelo capitalismo, o que não significa que a autocrítica do masculino pelo feminino não é de demonização do homem, mas de luta pelo reconhecimento das mulheres enquanto sujeito. Quanto a isso acrescenta Carvajal (2020, p.197), "não queremos nos pensar como mulheres perante homens, mas nos pensar como mulheres e homens em relação a uma comunidade". O que justifica para a autora que

> Submeter a mulher à identidade do homem, ou vice-versa, é cortar a metade do potencial da comunidade, sociedade e humanidade. Ao se submeter a mulher, se submete a comunidade, porque mulher é a metade da comunidade, e ao submeter uma parte da comunidade, os homens se submetem a si mesmos, porque eles também são comunidade (CARVAJAL, 2020, p. 201).

Esse protagonismo reforça a equidade de gênero, e convoca a todos e todas a construir coalizões (COLLINS, 2015) efetivas, compartilhando uma causa comum a emancipação humana, que inclui eticamente a libertação das mulheres, da natureza e dos homens do paradigma sexista, falocêntrico, especista, androcêntrico, racista, classista, na direção do ecofeminismo ou feminismo comunitário. É do lugar de coalizão, de reforçar o compromisso ético e político com a causa comum que se centra este estudo.

Assim, viver a margem da produção e reprodução da vida cotidiana, associa os ciganos e ciganas a velhas estereotipias, que em vez de os valorizarem nas diferenças os inferioriza, reproduzindo discriminação e preconceito. Esse reconhecimento cigano não se configura como uma luta por identidade cultural somente, mas uma luta para existir enquanto povo tradicional. Essa ferida colonial persegue o povo cigano Calon, os priva de direitos básicos, desde a ter moradia digna, terra, emprego, traba-

lho, direito de ir e vir, acesso à educação básica e superior. Assim como liberdade para performar as suas múltiplas identidades. Dessa forma,

> [...] nossa identidade é particularmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, ou ainda pela má impressão que os outros têm de nós: uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou a sociedade que o englobam remetem-lhe uma imagem limitada, aviltante ou desprezível dele mesmo. O não-reconhecimento ou o reconhecimento inadequado podem causar danos e constituir uma forma de opressão, que a alguns torna prisioneiros de uma maneira de ser falsa, deformada e reduzida (TAYLOR, 1992, pp. 41-42).

Tal realidade de agravamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas no contexto da pandemia afetou a Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB fortemente. A Comunidade que vive a margem da cidade, segregada socioespacialmente, convive com o anticiganismo e com a reprodução do racismo ambiental, implicando em condições precárias de vida, falta de moradia, falta de saneamento, falta de investimento na cultura cigana local.

Na contra hegemonia de tudo isso, algumas lideranças femininas da Comunidade Cigana expressam o seu poder em movimento, inserindo uma lógica de participação e ação coletiva, quando afirmou: "eu preciso lutar e ocupar espaços pela nossa comunidade cigana Calon". Logo, a luta por reconhecimento étnico, enquanto povo tradicional, guia o debate da luta por distribuição dos comuns produzidos no espaço do cotidiano. O que acontece ainda é que em tempos de neoliberalismo, o Estado mínimo para a comunidade Cigana Calon é mais drástico com as suas políticas de silenciamento. Contra a subalternidade essas mulheres ciganas compõem o espaço das lideranças com homens velhos e jovens da comunidade.

Isso toca na perspectiva da interseccionalidade gênero-raça-geração-ancestralidade é algo presente no exercício de imaginação sociológica empreendido neste texto em relação a Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB. A articulação dessas categorias sociohistóricas e políticas expõem as opressões que afetam a vida coletiva do Povo Cigano. Em contrapartida, a pandemia, com as suas desigualdades expostas, contraditoriamente abriu outros espaços, mobilizadores de repertórios de resistência e de ação coletiva na Comunidade Cigana Calon. Muitos membros e membras da Comunidade estão se engajando em sindicatos, em movimentos feministas locais, em lutas contra a privatização da água, lutas por moradia, pela terra.

O sedentarismo na Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB, não define e nem demarca a ciganicidade como uma questão de ordem estática. Ao invés disso, o sedentarismo trouxe para o cerne do debate pela luta por distribuição dos comuns, uma espécie de ação coletiva da parte dos ciganos e ciganas que estavam cansados de perambular pelo mundo, assentando-se e ocupando a terra fixamente, procurando manter as suas tradições e experiências ancestrais milenares. Me parece que este é o caso da

Comunidade Cigana em Sousa/PB. Isso pode ser exemplificado, quando alguns ciganos expressam que a Comunidade foi sendo criada em Sousa/PB porque esta cidade os acolheu. Ambiguamente, pode-se problematizar o fato de que essa acolhida não garantiu direitos.

Pouco a pouco na contemporaneidade os regimes de mobilidade entre o nomadismo e o sedentarismo, instaura uma ação coletiva, capaz de mobilizar identidades múltiplas na etnicidade cigana. O que significa dizer, as identidades deterioradas reproduzidas na esteira do anticiganismo e do racismo ambiental para com os povos ciganao, estão sendo tensionadas por uma ação coletiva que parte dos próprios ciganos e ciganas.

Reconhecimento e redistribuição apontam para regimes de justiça ambiental na Comunidade Cigana Calon. Sabendo disso, constituir-se como um movimento social clássico não é a base da ação coletiva do povo cigano, mas enquanto ação coletiva, instauradora de repertórios de ação, os ciganos e ciganas, redescobrem na luta a possibilidade de se construírem corporalmente e simbolicamente no território, permeado por conflitos de interesses diversos e por disputas territoriais.

O poder falar por si próprios (as) em relação a Comunidade Cigana Calon no município de Sousa/PB traz à tona a dimensão da ação coletiva enquanto um processo histórico desdobrado e mobilizado pelo nomadismo e pelo sedentarismo. Esses regimes de mobilidades acionam lutas por reconhecimento e redistribuição dos recursos, dos comuns. Isto é, ser cigano vai além dos traços culturais, estereotipados, é ser um povo tradicional, com uma história milenar a contar por seus pés e por seus corpos.

O entre epistemológico nomadismo-sedentarismo gera um questionamento a respeito da ação coletiva, enquanto aspecto que constitui as identidades múltiplas do povo cigano. A autopercepção cigana também aparece neste cenário de disputas, de repertórios de ação coletiva, que reforça a ideia de poder em movimento. Ser capaz de ação, ou ser um sujeito de ação coletiva, os remete a pensar na posição que ocupam na etnicidade dos povos tradicionais. Este reconhecimento é importante e urgente, pois permite o acesso a direitos regularizados constitucionalmente (Constituição Federal de 1988).

Outro aspecto que pode ser observado e posto nesse texto é que muitas lideranças ciganas, mulheres e homens, se lançam para o convívio social com os não-ciganos. Articulam lutas coletivas, com identificação de pautas comuns. Isso representa que a ação coletiva que os ciganos estão construindo extrapolam o território da comunidade. Tal atitude impulsiona na Comunidade Cigana a construção de alianças políticas e repertórios, capazes de reconfigurar novas identidades coletivas, que ultrapassam o racismo e o anticiganismo.

Dessa forma, a base epistemológica em que se sustenta a ideia de ecologia política feminista como um projeto de sociedade mundo, ou de sociedade em movimento é marcada pelo protagonismo de mulheres no Sul global no engajamento das lutas socioambientais e na produção de conhecimentos. Essa informação tem sido ao longo dos anos marginalizada, em virtude de uma narrativa hegemônica que situou as mulheres como um elemento residual, ínfimo, simples. Com isso, é de extrema relevância sublinhar que geralmente essa residualidade das vozes de mulheres, crianças, velhos está associada ao fato de,

> O pesquisador quase sempre pressupõe e descarta, no grupo que estuda, uma parcela de seres humanos silenciosos, os que não falam. De nada adiantaria conversar com eles, São os que em público e diante do estranho permanecem em silêncio: as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor. Os mudos da história, os que não deixam textos escritos, documentos (MARTINS, 2019, p. 104).

São as vozes delas que de certa maneira se destacam neste trabalho, mas não são vozes que se encerram em si mesmas, apontam as desigualdades entre os gêneros e abrem um caminho de contestação do patriarcado que oprime mulheres e homens. No âmbito da Sociologia poucas pesquisas se realizaram neste campo. Já na Antropologia os estudos sobre ciganos, não incorporam o elemento de uma sociologia do espaço, do tempo, dos ritmos.

De certo modo, todas as formações sociológicas até aqui consideradas retrataram a contiguidade inerte do espaço: a delimitação e a distância, a fixidez e a vizinhança são como continuidades das configurações espaciais para dentro da estrutura da humanidade, que se distribui no espaço. Esse último fato vincula consequências totalmente novas à possibilidade de que os seres humanos se movam de lugar em lugar. Devido a isso, os condicionamentos espaciais da existência dos seres humanos em fluidez (SIMMEL, 2013, p. 99).

3.1 O feminismo comunitário como expressão do ecofeminismo: as vozes das mulheres ciganas na luta antirracista e anticapitalista

No espaço que implica na vida cotidiana dos povos ciganos, as territorialidades são produzidas pelos diversos atores sociais, desde a comunidade cigana, homens, mulheres, crianças, idosos, Estado, empresários. Diante disso, é necessário "visualizar o posicionamento dos diferentes atores em conflito e, a partir desse posicionamento, analisar as dinâmicas sociais e políticas" (SVAMPA, 2019, p. 55).

Como estratégia política a ecologia política latino-americana expõe que a raiz que funda a sociedade capitalista, patriarcal, neoextrativista é a colonialidade do poder, processo apontado por Quijano (2005). Assim o território é um espaço de produção de saberes e de r-existência (PORTO GONÇALVES, 2011) isto é, é preciso incluir na análise dos conflitos socioambientais a diversidade de territorialidades que se expres-

sam em diferentes lógicas e racionalidades que distinguem valores e éticas. Essa ecologia política crítica toma como um dos eixos de análise a perspectiva do ecologismo dos pobres (ALIER, 2018) que expõe no marco das lutas socioambientais o protagonismo de comunidades e grupos sociais subalternizados frente a lógica de mercantilização da vida. Isso faz pensar na situação social em que a Comunidade Cigana Calon, ameaçada de ser expulsa da terra em que constroem a sua vida, aciona dispositivos legais do Estado perante a especulação imobiliária.

Para tanto, requer-se observar isso no plano de uma análise sociológica da comunidade cigana Calon, no sentido de que vários conflitos socioambientais dinamizam com tensões a vida cotidiana. Tais conflitos socioambientais são entendidos como: "Aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder. Tais conflitos expressam diferentes concepções do território, da natureza e do ambiente" (SVAMPA, 2019, p. 46).

Nesse sentido, cabe apontar os conflitos socioambientais que atingem diretamente a comunidade cigana Calon no sertão da Paraíba, desde o racismo ambiental, uma vez que a comunidade foi segregada espacialmente e territorialmente da cidade, vivendo em uma fronteira, que os marca negativamente como um povo perigoso, sujo. Outro conflito socioambiental são as condições desiguais de acesso a água potável, a moradia, acesso aos programas sociais e políticas sociais.

Além disso, outro processo de conflito socioambiental emergiu nos últimos anos, a desapropriação das terras em que estão assentados há 30 (trinta anos), algo exigido por empresários do sertão que as querem para especulação imobiliária, desrespeitando todo um processo histórico, político, social, territorial que funda a existência material e simbólica da cotidianidade cigana. Sem essas terras as suas vidas estarão comprometidas.

Como resposta a isso, há em curso na comunidade um protagonismo feminino cigano. Esta fronteira é paradoxal na constituição do território e das territorialidades que semeiam espaços de protagonismo feminino. Esse protagonismo é fruto de um contexto coletivo latino-americano, no qual "são as mulheres, sobretudo na América Latina, que hoje lideram a luta por um ambiente ecológico seguro; são elas que estão à frente da reprodução de suas famílias e conhecem bem as consequências do envenenamento da terra e das águas para o futuro de suas comunidades" (FEDERICI, 2021, p. 185).

A partir dessas lutas que entrelaça feminismo – ecologia se faz necessário trazer elementos históricos dessa abordagem, desde um movimento ecofeminista ao feminismo comunitário, que rompe com a essencialização da mulher e da natureza, e re-situa a mulher como parte da dinâmica da socialidade de uma comunidade, indo

além da ideia de um sujeito universal. Sem a mulher na comunidade, não se pode falar em humanidade. O homem no masculino é convidado a se descolonizar em seu corpo.

O ecofeminismo é um movimento político e epistemológico que surge em 1974 na obra da pensadora francesa Françoise d'auboune. Esta obra defende a emancipação humana das mulheres em convivência com a preservação da natureza. Por isso, realiza uma crítica ao pensamento ocidental de dominação masculina da mulher e da natureza. Em suas origens há três vias, a perspectiva cultural radical, a marxista, a das religiões orientadas por culto à deusas, pautada na corrente de ecologia profunda, configurando o ecofeminismo numa teoria das conexões.

O ecofeminismo pode ser concebido como uma das estratégias para se enfrentar a razão instrumental que fundamenta as relações mercantis reproduzidas na sociabilidade do capital. Nesse sentido, se comporta como um imperativo ético que questiona os modos de produzir o conhecimento, as relações de gênero no contexto do patriarcado, a crise ecológica de base sexista e do "mau desenvolvimento", expressão cara a pensadora ecofeminista Vandana Shiva, que em sua obra coletiva com a Maria Mies, Ecofeminismo (1988), atestando e denunciando que há uma conexão entre o sistema patriarcal/capitalista com a opressão histórica das mulheres no mundo.

As ecofeministas questionam não só o antropocentrismo, mas o androcentrismo, rumo a uma visão complexa que abarque a ideia fundamental de que as relações hierárquicas que instauram desigualdades entre mulheres e homens e a superexploração da natureza são parte de um mesmo fenômeno (ORTNER, 1996). De forma a complementar este debate sobre o sagrado a comunidade cigana calon preserva parte de seus rituais sagrados em conexão com a natureza, inserindo a dinâmica dos quatro elementos que mitologicamente compõem o mundo, o ar, o fogo, a água e a terra. Não se vêem separados do meio ambiente, seus corpos são como partes vivas do território.

Por causa de seu nomadismo histórico e do anticiganismo agudizado durante a segunda guerra mundial (1939-1945), tiveram que estrategicamente sincretizar suas divindades, adotaram a deusa Santa Sara Kali, a qual cultivam devoção. Além disso, as mulheres são iniciadas nos rituais cartomancia e quiromancia, tradicionalmente usam as forças míticas da natureza como guias sagrados. O ecofeminismo conforme Garcia (2017) permite a reconexão da humanidade com a natureza a partir de seu interior.

A maneira como as relações de gênero perpassa a Comunidade Cigana Calon pode revelar num plano aparente assimetrias de poder entre homens e mulheres, mas ao mesmo tempo nessas interações se estabelece um modo de vida pautado pelo vínculo comunitário. Isto é, "a comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida" (CARVAJAL, 2020, p. 197). Essa autora segue com uma reflexão que retoma o aspecto comunitário como preponderante na defesa de um feminismo comunitário:

> Quando falamos de comunidade, queremos abranger em sua compreensão todas as comunidades, não estamos somente falando das comunidades rurais ou comunidades indígenas. É outra maneira de entender, organizar e viver a vida. [...] A comunidades está constituída por mulheres e homens como duas metades imprescindíveis, complementares, não hierárquicas, recíprocas e autônomas uma da outra, o que necessariamente não significa uma heterossexualidade obrigatória, porque não estamos falando de casal, mas sim de par de representação política, não estamos falando de família, mas sim de comunidade (CARVAJAL, 2020, p. 200).

Reconhecer o aspecto comunitário como fundante na construção da socialidade cigana é primordial para se entender a complexidade dos modos de ser e viver da Comunidade Cigana Calon. A Comunidade expressa um lugar imagético, que compõe o ser cigano, o ser cigana, não se configura somente como uma demarcação geográfica, mas como um vínculo de pertencer aos Povos Ciganos. Em qualquer lugar que eles forem expressaram essa dimensão comunitária.

Vale ressaltar que no interior da Comunidade não há uma homogeneidade, mas o elemento comunitário os une, inclusive sublinhando a dimensão de reciprocidade entre os Calons. Isso é passível de uma interpretação sociológica que procura acessar o cotidiano, como uma categoria sócio-histórica, prenhe de significados, de narrativas, concepções de mundo que vivem na aparência da rotina, todavia, esconde "os processos históricos que lhes dão sentido, não raro o sentido do inesperado" (MARTINS, 2020, p. 10).

## 4 À GUISA DE CONCLUSÃO: "VIAJANTES DO VENTO, DO TEMPO, DO ESPAÇO" - A MARGEM COMO ESPAÇO DE VIDA E R-EXISTÊNCIA

As pesquisas no âmbito das ciências sociais, em particular da Sociologia e Antropologia estão sendo repensadas no plano do que vem se denominando de decolonialidade. Esse movimento epistemológico e político tensiona a modernidade enquanto um projeto político-econômico-cultural-científico, que enraíza a interseccionalidade de opressões no contexto do sistema-mundo capitalista, ou civilização capitalista, como assegura Immanuel Wallernstein.

Situar a etnia cigana Calon no debate interseccional e da sociologia marginal se coloca como uma necessidade epistemológica para se pensar o que é o ser cigano? Ou repensar essa identidade, geralmente caracterizada nos estudos e pesquisas antropológicas como um elemento de prioridade em relação aos demais marcadores de diferença social.

A partir disso, entendo que a identidade cigana pode ser compreendida como dinâmica, não fixa. Essa dinamicidade seja pela tradição ou pelas experiências sociais, sofre interferências do sistema mundo – moderno – colonial. A articulação entre as categorias analíticas e socio-históricas de etnia-raça-gênero-geração é necessá-

ria para uma compreensão mais ampla dos processos que perpassam a colonialidade do poder e do ser ciganos e ciganas.

O ser cigano ou cigana é muito mais que um traço somente cultural é um aspecto composto de outros aspectos sociais, econômicos, políticos. É verdade que na maioria das pesquisas no contexto da Antropologia Social, os estudos no campo da ciganologia priorizam a dimensão das identidades. Quem são os povos ciganos? Essa pluralidade precisa ser posta aqui, no sentido de afirmar os modos diversos de ser.

Na história da humanidade, os povos ciganos se constituem em Rom, Cinti e Calon. Essas três etnias possuem raízes ancestrais e milenares na Índia, vivendo uma diáspora há cerca de mil e quinhentos anos (1.500) se dispersando pelo mundo, em especial pela península ibérica e América do Sul. Essa diáspora foi acompanhada de perseguições aos povos ciganos enquanto sujeitos racializados, etnicamente, sujeitos obrigados a viverem perambulando a partir de regimes de mobilidade que ora se caracterizava enquanto um grupo nômade, ora se caracterizada como um povo subalterno, que viveu historicamente a margem de sua própria identidade cigana, ou melhor etnicidade cigana.

Desse ponto de vista, o nomadismo do povo cigano, marca reconhecida do processo colonial do saber, do poder e do ser (QUIJANO, 2005), se impões neste texto como uma interrogação sociológica: quem são esses sujeitos e sujeitas chamados de povos ciganos? Cabe salientar que as maneiras de viver entre os distintos grupos étnicos assume uma distinção nos diversos territórios.

A perspectiva da etnografia marginal, enquanto práxis, se configura como um tensionamento ao projeto de modernidade. A modernidade pode ser pensada como um projeto de sociedade -mundo, constituída por um padrão global de poder. Esse padrão de dominação está nos fundamentos que estruturam a sociedade, a cultura ocidental, o que levou a opressão de povos originários que estão na base da formação social e cultural das Américas e em especial da América Latina.

A etnografia marginal não parte somente da crítica do processo histórico de colonização dos povos pela lógica do eurocentrismo. Aquela aponta a necessidade de uma transformação sócio-histórico que aponte como horizonte utópico. Esse questiona a modernidade enquanto projeto político que embasou um padrão de poder sobre o viver, o ser, o saber, formas de consumir, maneiras de pensar e de produzir conhecimento. Essa perspectiva ataca frontalmente o sistema capitalismo que reproduz esse padrão global de poder e colonialidade.

Uma das maneiras de impor essa dominação à América Latina foi classificar as culturas humanas pelo marcador de raça, usando esse marcador relacionado a inferioridade de alguns povos, em especial os/as indígenas, os negros/negras. Essa racialização do poder reproduziu-se no interior da modernidade e se reproduz ideologi-

camente pelas lógicas de controle do saber, controle da cultura, controle dos corpos, controle das sexualidades, controle da economia.

A construção de uma etnografia marginal exige uma atitude epistemológica que tensiona o pode-se chamar de crítica a razão civilizatória que construiu o Ocidente. Essa perspectiva lança um projeto de sociedade que rompa com as opressões de gênero-raça-sexualidades-conhecimento. Enfim, abre espaço para se pensar a descolonização da América Latina e dos seus diversos povos e conhecimentos para além do capitalismo.

Há algo que os une: ser cigano. Essa identidade cigana precisa ser concebida por uma perspectiva de descolonização que enfrente o anticiganismo, expressão máxima do racismo aos ciganos. O período colonial no Brasil no século XVI demarca a chegada dos ciganos e de algumas famílias em Minas Gerais e na Bahia. Diferentemente do povo negro e dos povos indígenas, o povo cigano viverá marcado sob o signo de perigosos, de ladrões, e que, portanto, deveriam ser dispersados dos territórios.

Mulheres, homens, crianças, idosos vivem até a contemporaneidade em diversos tipos de nomadismo, ou em diversos regimes de mobilidade. Mas ao mesmo tempo um determinado nomadismo, instaurou uma política higiênica histórico que dizimou populações ciganas, cancelando não só seus corpos, mas seus territórios e histórias.

Quando iniciei a pesquisa com o povo cigano Calon, no Município de Sousa, no Alto Sertão da Paraíba, fui tomado inicialmente por um contato etnográfico, procurando mapear as principais demandas por políticas públicas, desde a precarização de habitações, ausência de saneamento, conflitos de terras. É relevante ressaltar que a comunidade cigana no sertão da Paraíba, é uma das maiores comunidades do Brasil e da América Latina, com mais de três mil ciganos e ciganas assentados, há cerca de aproximadamente trinta anos. Esse estar assentado por trinta anos moldou o ser cigano ao território paraibano.

Há ainda regimes de mobilidade no interior da comunidade cigana Calon. Um aspecto que chamou a atenção e reforça o objetivo deste texto, uma leitura interseccional e marginal do modo de ser cigano e cigana, foi o modo como algumas mulheres estavam construindo ativismos no território. Isso, porque na história dos povos ciganos, a liderança masculina ainda é um traço cultural no cotidiano da comunidade. Se poderia questionar então: Pode a mulher cigana ser chefa de uma comunidade? Pode falar por si própria? Como possível resposta: sim, desde que seja guiada por um compromisso étnico com a comunidade, no horizonte utópico do feminismo comunitário.

## REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. São Paulo: Verus Editora, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1994.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P & FENARTSTREIFF, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Difel, 2000.

BATISTA, Mércia Rangel; CUNHA, Jamilly. **Os ciganos em Sousa-PB**: refletindo os modos de ser cigano a partir do atual cenário político brasileiro. Revista Interface de Saberes. V. 1. N. 13. 2017.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel; BENTO, Marciana Ferreira. **Os ciganos Calons na região nordeste:** um estudo sobre as demandas por acesso aos direitos. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

BATISTA, M. R. R; GOLDFARB, M. P. L. Entre idas e vindas, como interpretar o fluxo cigano? Discutindo as compreensões sobre a diáspora e o nomadismo. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29., 2014, Natal, RN. **Anais eletrônicos...** Natal, 2014. Disponível em: . Acesso em: out. 2018.

CAMPOS, Juliana M. Soares. **O nascimento da esposa:** movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros. Tese (Doutorado em Antropologia). Belo Horizonte: UFMG, 2020.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. **In: Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais.** Heloísa Buarque de Hollanda (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DONATI, Pierpaolo. Relational Sociology: a_new paradigm for the social sciences. Introduction. **Prospects for a 'relational sociology'**. London and New York: Routledge, 2011. pp. 1-19.

EKERT, C.; ROCHA, A. **Etnografia da duração**: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

EMIRBAYER, Mustafá. **Manifesto for a Relational Sociology**, American Journal of Sociology, 103, 2, pp. 281-317. 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa** – Mulheres, Corpo e a Acumulação Primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n.2.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia teórica**. São Paulo: USP, 1970.

FRASER, Nancy. ARRUZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%** - Um Manifesto. Tradução de Helci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREHSE, Fraya. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 299-317, 2006.

GARCIA, Loreley. Gênero & Meio Ambiente. São Paulo: Senac, 2017.

GOLDFARB, Mª Patrícia L. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa--PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Dossiê Ciganos no Brasil: um exercício de comparação etnográfica. **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 8-15, jul. / dez. 2018.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes**. Nômades e peregrinos:** o passado como elemento identitário entre os ciganos Calons na cidade de Sousa/PB. Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

GOLDFARB, M. P. L. Ciganos Calon: a vida em movimento. In: JUBILIT, Liliana Lyra; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano (Eds.). (Org.). **Direitos Humanos e Meio Ambiente:** Minorias Ambientais. 1 ed. São Paulo: Manole, 2017, v. 1, p. 261-278. (Coleção Ambiental).

HALL, Stuart "The West and the Rest: discourse and power", In: Stuart Hall &Bram Gieben (eds) **Formations of Modernity,** Cambridge: Polity Press, 1992 pp. 275-331.

HALL, Stuart. "Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite". In: **Diáspora**. Belo Horizonte, 2003.

HASBAERT, Rogério. Do corpo-território (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia**, vol.22, n. 48, 2020.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Vozes: Rio de Janeiro, 2015.

JARDIM, B. (2020). Devir cigana- tradição, rupturas e empoderamento. **Revista Feminismos**, 8(1). Recuperado de https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42861.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Trad. R. Corbisier. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 (1965).

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: BUARQUE, Heloisa; VAREJÃO, Adriana. **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da Vida Cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira** – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2019.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização, In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, no 21, jan./jun. 2009, p. 150-18

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. **As Crianças Calón**: Uma Etnografia Sobre a Concepção de Infância Entre os Ciganos no Vale do Mamanguape-PB. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2015.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. **Tempo, Redes E Relações:** Uma Etnografia Sobre Infância E Educação Entre Os Calon. Tese de douto defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFSC. Florianópolis, 2019.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. Fluxos, redes e rotas: pensando o espaço territorial cigano a partir de uma experiência de campo. In: **Ciganos – olhares e perspectivas**. Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Org.). João Pessoa: EDUFPB, 2019.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MOONEN, Franz. **Ciganos Calon no Sertão da Paraíba, João Pessoa**: PR/PB, 1993.

MOONEN, Frans. **A História Esquecida dos Ciganos no Brasil**. Saeculum Revista de História, nº 02, João Pessoa, jul/dez, 1996.

MOONEN, Frans. Ciganos Calon no Sertão da Paraíba. João Pessoa, MCS/UFPB, **Cadernos de Ciências Sociais**, nº. 32, 1994.

ORTNER, Sharry. **Making Gender**: the politics and erotics of culture. Boston: Beacon Press, 1996.

PARK, Robert Ezra. A migração humana e o homem marginal. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Sociabilidades Urbanas - Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1.n3, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) Mulher? In: ANGRANTI, L. (Org). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2002, p. 742.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografías, movimientos sociales**: nuevas territorialidades y sustentabilidade. Cidade do México: Siglo XXI, 2001.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, Sílvia. El potencial epistemológico y teórico de la história oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la história. **Temas Sociales**, 11: 49-75.

SALDANHA, A. **Psychodelic White**: Goa trance and the viscosity of race. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2007.

SAMAIN, Etienne. Atravessar o espelho das aparências. In: Fraya Frehse (Organizadora). **A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins**. São Paulo: Com Arte, 2018.

SANTANA, Maria de Lourdes B. **Os ciganos**: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16., n. 2, jul/dez, 1990.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo.** São Paulo: Bertrand, 1993.

SHIVA, Vandana**. Staying Alive**: Women, Ecology and Survival in Índia. London: Zed Books, 1989.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive**: Women, Ecology and Development. Nova Delhi: Zed Press, 1988.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SIMMEL, Georg. Sociologia do Espaço. **Revista Estudos Avançados**: São Paulo, 2013.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. **RBSE**. Vol. 4. nº 12. dezembro de 2005.

SOTO, William Héctor Gómez. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Revista Sociedade e Estado**. V. 31. Número Especial 30 anos. Brasília: 2016.

SOTO, William Héctor Gómez. El hombre marginal y la sociologia brasileña. **Revista Mexicana de Sociología 81**, num. 3 (Julio-Sepetiembre, 2019): 561-582.

SOTO, William Héctor Gómez. Entre Henri Lefevbre e Karl Marx. In: **A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins**. Fraya Freshe (Org.). São Paulo: Com-Arte, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty**. Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STRATHERN, Marilyn**. O efeito etnográfico**. São Paulo: Ubu, 2017.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioamebientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Ciganos no Brasil**: uma breve história. Segunda edição. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

VANDERBERGUE, Frédéric. A relação como operador mágico. Superando a divisão entre sociologia processual e relacional. **Sociologia & Antropologia**. Rio de janeiro, v.07.02: 341 –370, agosto, 2017.